



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
7ª Comissão Especializada Permanente
de Administração Pública, Trabalho e Emprego

“Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho profissional em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de Julho, que transpõe a Diretiva nº 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei nº 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei nº 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regularização de acesso a Profissões”,- PCM (MDN) – (Reg. PL 353/2013

PARECER

No âmbito da audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, a 7ª Comissão Especializada Permanente de Administração Pública, Trabalho e Emprego, reuniu no dia 6 de dezembro de 2013, a fim de emitir parecer relativo ao Projeto de Proposta de Lei que **“Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho profissional em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de Julho, que transpõe a Diretiva nº 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei nº 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei nº 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regularização de acesso a Profissões”,- PCM (MDN) – (Reg. PL 353/2013.**

Apreciada a iniciativa, foi deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável, salvaguardando, contudo a possibilidade da Região desenvolver um regime próprio em função das suas especificidades considerando a sua geografia insular,

Este parecer foi aprovado unanimidade.

Funchal, 06 de dezembro de 2013


A Relatora
Rafaela Fernandes